

Referências legais, mais relevantes:

1. Lei dos Serviços Públicos Essenciais - Lei n.º 23/96, de 26 de Julho; Com as seguintes atualizações:

- Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, que renumera e republica, com entrada em vigor 90 dias após a sua publicação e aplicação às relações que subsistam à data da sua entrada em vigor;
- Lei n.º 24/2008, de 2 de Junho, com efeitos à data de entrada em vigor da Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro;
- Lei n.º 6/2011, de 10 de Março com entrada em vigor em 11 de Março;
- Lei n.º 44/2011, de 22 de Junho com entrada em vigor em 22 de Julho;
- Lei n.º 10/2013, de 28 de Janeiro com entrada em vigor em 28 de Abril, e
- Lei n.º 51/2019, de 29 de Julho com entrada em vigor em 28 de Agosto de 2019.

5. Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais - Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho; Com as seguintes atualizações:

- Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de Setembro – com entrada em vigor a 23 de Setembro de 2009;
- Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de Março – com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2011,
- Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de Março – com entrada em vigor a 15 de Março de 2012, e
- Decreto-Lei n.º 13/2016, de 9 de Março - com entrada em vigor a 14 de Março de 2016.

6. Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos - Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto; Com as seguintes alterações:

- Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de Julho - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2010,
- Lei n.º 12/2014, de 6 de Março - com entrada em vigor a 11 de março de 2014.